TRABALHO E/OU EDUCAÇÃO: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Ana Clécia de Abreu Tomé*

Resumo: Este artigo visa a uma revisão bibliográfica da educação técnica e profissional no Brasil, levando em consideração as características culturais e ideológicas presentes nos termos "educação" e "trabalho". Inicialmente, realiza um breve apanhado histórico, pelo qual ficam visíveis interesses antagônicos em confronto num duelo em que há, de um lado, intelectuais em prol da educação e do trabalho como princípios da formação humana e, de outro, empresários e grupos dirigentes veem neles estratégias de aquisição de capital. Ao longo deste texto, são explicitadas algumas justificativas dadas à necessidade da complementação e/ou dicotomia educação e trabalho, visto que, por atrás da relação apresentada historicamente, os interesses das classes que detêm o poder são impostos e justificados, ora por viés assistencialista, ora desenvolvimentista. Ao final, são feitas algumas considerações sobre a situação atual da educação profissional no Brasil, pontuando avanços, retrocessos e desafios.

Palavras-chave: Educação. Educação Profissional. Trabalho.

1 Introdução

Para compreendermos o processo de educação profissional bem como suas metodologias e finalidades é necessária a compreensão do processo histórico no qual saber e fazer se encontram segregados.

O conhecimento histórico nos leva a refletir sobre quais pressupostos culturais estão pautadas as estruturas sócio econômicas em que vivemos.

> A possibilidade de compreensão da educação, da prática social, das políticas públicas e da produção do conhecimento relacionados às diferentes práticas sociais, está na compreensão dos processos complexos que levam a humanidade a subordinar-se a divisão social do trabalho e, enfim, por decorrência ao produto do trabalho. É no processo de complexificação da divisão social do trabalho que ocorre a separação essencial social entre trabalho intelectual e trabalho manual, decorrência da produção privada dos meios de produção, estando esta separação na base dos conflitos entre interesses opostos entre classes de homens. (PEREIRA, 2011, p.96).

* Cientista Social, especialista em Ensino de Sociologia e Mestranda em Ciências da Educação. Gestora da Escola Estadual de Educação Profissional Francisca Maura Martins (Hidrolandia, Ceará). Contato: clecinhaat@hotmail.com.

Estudar a histórica ação política possibilita entender como as classes detêm o poder sócio-político e ideológico e, por isso também, chegam de certa forma a prever o local ocupado pelos indivíduos de acordo com o grupo social de origem.

Uma sociedade que propaga amplo direito à mobilidade social, porém se estrutura de forma que existam e sejam aplicados modelos diferentes de educação, onde filho de empregado será treinado para se empregado e filho de patrão é habilitado na brilhante arte de decidir, se configura em um sistema moderno de castas disfarçado de pseudodemocracia.

Este trabalho é, portanto, uma tentativa de entender o passado da educação profissional no Brasil, orientando assim nossas ações e reflexões presentes de modo a nos possibilitar a planejar o futuro.

2 Escolas profissionais: Educação e/ou trabalho

A história da educação pode ser confundida com a própria história do trabalho, quando consideramos esse como Saviani (2007, p. 154) “[...] o ato de agir sobre a natureza em função das necessidades humanas [...]”. O trabalho surge a partir do momento em que o homem deixa de ser exclusivamente coletor e passa a transformar a natureza em função de suas necessidades.

A educação surge como necessidade direta à sobrevivência, pois é através dela que os conhecimentos adquiridos através da observação prática do ensino-aprendizagem são apropriados pelas novas gerações.

Ainda segundo Saviani (2007, p. 154), o trabalho e a educação são atividades especificamente humanas, porém não são inatas ao homem, são atributos construídos por ele mesmo e o trabalho é o fator desencadeante desse processo da construção da humanidade. Portanto, se o trabalho se configura como um processo essencialmente educativo, humanização, trabalho e educação são elementos complementares.

> Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto de trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2007, p. 154).

A divisão entre educação e trabalho surge a partir da divisão da própria sociedade em classes, quando o poder de troca e a posse da terra torna possível a uns viverem às custas do trabalho dos outros e terem, portanto, tempo livre para se dedicarem ao que Aristóteles denominava "ócio digno".

Com essa divisão, em que existem os proprietários e os não proprietários, a educação passa a se apresentar em modalidades distintas, uma para os filhos dos proprietários, centrada no letramento, em atividades intelectuais ou militares, e outra, destinada aos filhos dos não proprietários, que visava apenas à continuidade da atividade produtiva, ou seja, do trabalho.

A educação para os filhos dos proprietários consolidou-se no que se denominou escola, que etimologicamente significa "lugar do ócio". A educação, que antes se confundia com o próprio trabalho, passa, então, em sua modalidade formal a ser destinada aos que têm tempo livre e que, por isso, não precisam trabalhar.

Ou seja, quando não havia divisão de classes, não havia divisão no modelo de educação a ser oferecido.

A educação profissional se consolida a partir da revolução industrial, quando, pela crescente necessidade de produção, surge também a necessidade de mão de obra, sem, no entanto, se preocupar com a formação humana. Mais uma vez, se reforça a dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual.

De acordo com Manfredi (2002, p. 34), as noções de trabalho "[...] vão se construindo e reconstruindo ao longo da história das sociedades humanas, variando de acordo com os modos de organização da população e de distribuição de riqueza e poder".

Ou seja, ao longo da História, as relações entre trabalho e educação vão se dando sempre orientadas pelo modo de produção. Sendo esse fator determinante e orientado pelas classes favorecidas, é sempre encontrado um jeito de justificar as disparidades com ideologias de manutenção da ordem social. Muitas vezes, a própria escola é o fator de reprodução ideológica.

Historicamente, o conhecimento parece ser privilégio exclusivo das classes dominantes, enquanto às classes desfavorecidas restam apenas os braços, pernas e músculos para serem docilizados a ponto de transformarem esse único bem que possuem em bem de troca.

3 A dualidade dissolvida ao longo da história da educação profissional no Brasil

Embora no Brasil colonial já estivessem presentes artífices, mecânicos e tecelões que transmitiam seus conhecimentos de maneira simples e assistemática, segundo Ramos (2011, p. 3), até o século XIX não existem indícios de uma educação profissional organizada de forma sistêmica aqui no Brasil, o que existe é uma modelo de educação propedêutica destinada aos filhos da classe dominante.

A partir do ciclo do ouro, foram criadas as casas de fundição e de moeda, com ensino voltado exclusivamente para os homens brancos, que se diferenciava da educação que escravos recebiam nos engenhos, porque nas casas de fundição era necessário demonstrar suas habilidades diante de uma banca examinadora e, após isso, recebiam certificação.

Os primeiros passos de um processo realmente sistemático se dão em 1809 quando, através de um decreto o Príncipe Regente, futuro D. João VI, criou o Colégio das Fábricas.

Esse ato vinha na sequência do Alvará joanino de 1º de abril de 1808 "que permite o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil" e que derrogava a proibição de existência de fábricas de 1875. Tudo isso encontra suas explicações com o deslocamento da sede do Reino para o Rio de Janeiro, as relações comerciais com a Inglaterra em processo de industrialização. A essa medida se somariam outras, como: a criação de uma companhia de artífices no Arsenal Real do exército, a instituição do aprendizado da Impressão em 1811, a Carta Régia de 1812 que "mandava formar uma escola de serralheiros, oficiais de lima e espingardeiros para se ocuparem de preparar fechos de armas" (CASTANHO, 2009, p.27). Ainda há a considerar a vinda da Missão Francesa em 1816 e a criação do Seminário dos Órfãos da Bahia, em 1819.

Já após a Independência, em 1826, surgiu a primeira lei sobre o ensino de ofícios no Brasil e, em 1832, é instituído através de decreto imperial o ensino de ofícios nos Arsenais da Marinha e de Guerra.

Na década de 40 do século XIX, foram criadas Casas de Educandos e Artífices nas capitais das províncias com o objetivo de atender os desvalidos da sorte e da fortuna (fator que era critério normativo para se ser aceito nessas escolas) e, dessa forma, evitar a vagabundagem e a criminalidade.

A divisão do modelo de educação está implícita nesse critério, como cita Fonseca (1961, apud KUNZE, 2009. p.15):

> [...] aquelas justificativas da norma vieram imbuídas do velho preconceito que aplicavam à aprendizagem de ofícios a feição secular que a destinava aos pobres e

> aos humildes. A elite brasileira pregava que era esse contingente social que precisava ser formado para o trabalho manual por intermédio desse tipo de ensino. Alegava ser o trabalho intelectual – o planejamento dos rumos do país - um dever reservado somente aos seus filhos em virtude da condição social que ocupavam na sociedade e, assim, deverem ser formados por outro ciclo de ensino composto por primeiras letras, secundário e superior.

Segundo Garcia (2003, p.3), por volta de 1852, um projeto apresentado pelo vereador Manuel Araújo de Porto Alegre expunha a ideia de fundar estabelecimento de ofícios que não levassem em consideração a origem social dos alunos.

Como era de se esperar, isso não passou de um projeto, pois a cultura de ligar trabalho à escravidão fazia das escolas de ofícios um lugar impróprio para os filhos das classes dominantes (talvez similar à situação de imaginar filho de rico na escola pública).

Em setembro de 1909, o presidente Nilo Peçanha assina o Decreto 7.566 que cria 19 escolas de Aprendizes Artífices, mantidas pela União em vários estados. Com o objetivo de formar operários, artífices e contramestres através do ensino prático e de conhecimentos técnicos. Essas escolas tinham caráter assistencialista, pois se destinavam aos pobres e humildes, porém com olhar econômico, visavam atender os crescentes processos de desenvolvimento industrial e urbanização.

> O propósito de oferecer ao povo que se aglutinava nas cidades, uma profissão, uma ocupação ou oficio por meio do ensino profissional significativa, especificamente a geração de maiores incentivos ao trabalho e mão-de-obra às indústrias que começavam a surgir no país, devido às mudanças que vinham ocorrendo na sua economia agrário-exportadora. (KUNZE, 2009.p. 11).

A dualidade entre o modelo de educação voltada para a intelectualidade e a educação voltada para o trabalho se confirma tendo em vista que o ensino básico era administrado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores e o ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio. Posteriormente, em 1930 , as escolas de Aprendizes e artífices passam a serem administradas pelo Ministério da Educação e da Saúde Pública.

Durante as décadas de 20 e 30, grupos de educadores levantaram a bandeira da universalização da educação, propunham a “reconstrução da educação no Brasil”. O Manifesto dos Pioneiros foi um primeiro chamado à luta pela mudança no sistema de educação vigente.

A partir de 1930, com a revolução burguesa no Brasil, a educação profissional passa a ser vista de maneira diferente, pois, com o início da industrialização, as escolas foram institucionalizadas, pois abandonavam o víeis propagandista de puro “assistencialismo” para

atenderem à necessidade de recursos humanos no processo de produção. Em consequência disso, ocorre uma expansão no ensino profissional no Brasil, agora tendo como alvos ricos e pobres.

Segundo Ramos (2011, p. 35),

> Na reforma educacional implementada por Francisco Campos, em 1931, cuja normativa é consagrada pela constituição de 1934, o governo federal compromete-se com o ensino secundário, dando-lhe conteúdo e seriação própria. Porém, o caráter enciclopédico dos currículos manteve a característica elitista desse ensino, enquanto os ramos profissionais foram ignorados, criando-se dois sistemas independentes.

Em 1937, com a nova constituição, as Escolas de Aprendizes Artífices passam a ser denominadas Liceus Industriais, como cita Kunze (2009. p.30):

> Nesse período, mudanças socioeconômicas e políticas verificadas na Era Vargas (1930-1945) impulsionaram tanto a indústria de base como a educação profissionalizante, consideradas pilares do progresso nacional. Foi assim que em 1937 institui-se a Divisão do Ensino Industrial, já subordinada ao MEC, e sob a direção de Francisco Montojos. Desde então, as Escolas de Aprendizes se transformaram em Liceus [...].

Na década de 40, houve, como resultado da ineficiência do processo aplicado pelo Estado, uma terceirização da formação de mão de obra para a indústria e para o comércio. Surge então o chamado sistema S4, sendo o primeiro o Serviço Nacional de aprendizagem industrial (SENAI, em 1942). Posteriormente, surgem o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC, em 1946), o Serviço Social do Comércio (SESC, em 1946) e o Serviço Social da Indústria (SESI, em 1946). Além disso, ocorre a criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola.

Sobre esse ocorrido, Oliveira (20--. p.7) afirma que

> [...] justificado pela ineficiência do poder público na concretização e expansão do ensino secundário profissionalizante, a indústria, que pressionava para a criação de formas alternativas (mais rápidas) para a formação do trabalhador, criou-se um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial, que foi organizado em convênio com as indústrias, através da Confederação Nacional das Indústrias - CNI.

Em 1959, com o Decreto n. 47038 de 16 de fevereiro, as EITs foram denominadas Escolas Técnicas Federais e tornaram-se autarquias com autonomia didática e de gestão. Sobre o exposto, Ramos (2011, p. 3) cita que

> Ao ser regulamentado, o Decreto n. 47038 de 16 de novembro de 1959 definiu as Escolas Técnicas que comporiam a rede federal de ensino técnico, transformando-as

> em autarquias e em Escolas Técnicas Federais. Observa-se, portanto, o Estado assumindo parte da qualificação de mão de obra, de acordo com as funções adquiridas por ele no plano dos investimentos públicos estratégicos.

De certa forma, esse decreto e a promulgação da Lei nº 4.024/61, que fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao comparar a educação profissional com o ensino acadêmico, rompe um pouco com a histórica visão de que a educação profissional deve ser destinada apenas às camadas mais “abastadas”. A equivalência aos demais cursos secundários permitia inclusive acesso ao ensino superior. No entanto, é importante ressaltar que esse rompimento é apenas formal, pois, segundo Brasil (2007, p.13),

> [...] os currículos se encarregavam de mantê-la, uma vez que a vertente do ensino voltada para a continuidade de estudos em nível superior e, portanto destinada ás elites, continuava privilegiando os conteúdos que eram exigidos nos processos seletivos de acesso à educação superior, ou seja, as ciências, as letras e as artes. Enquanto isso nos cursos profissionalizantes, esses conteúdos eram reduzidos em favor das necessidades imediatas do mundo do trabalho.

Já a Lei Federal nº 5.692, de 1971, apresenta a qualificação para o trabalho como prioridade, tendo em vista a urgente necessidade de se formarem técnicos, por isso generaliza a profissionalização no ensino médio.

> O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL, 2006. p.1).

O caráter obrigatório da profissionalização no Ensino Médio vem de certa forma desvalorizar o ensino profissionalizante, pois dessa forma passa a colocar a escola de ensino médio como formadora de mão de obra qualificada e próprio fim da educação, já que, em uma perspectiva implícita, visa à diminuição dos que almejam a educação superior

> Diante desse quadro, observa-se um acentuado movimento dos filhos da classe média das escolas públicas para as privadas na busca de garantir uma formação que lhes permitisse continuar os estudos no nível superior. Esse movimento alimenta o processo de desvalorização da escola pública estadual e municipal, pois era e continua sendo a classe média que tem algum poder junto às esferas de governo.

Esse processo se estende até 1982, quando a LEI 7.044 altera alguns dispositivos da 5.692/71 principalmente no que se refere à obrigatoriedade da educação profissionalizante no Ensino médio.

Em 1978, se inicia o processo de cefetização, ou seja, o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), cuja

função pioneira era formar engenheiros de operação e tecnólogos. Esse processo se estende ao longo dos anos 80 e 90.

Em 1986, mesmo diante de um quadro econômico não favorável, o governo Sarney implantou o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC). Através de empréstimo obtido através do Banco Mundial, visava implantar 200 escolas de nível técnico e agrotécnico, esses investimentos eram justificados pela necessidade de aumentar a assistência no ensino técnico, mas na verdade o que existia era a consequência de um modelo econômico de desenvolvimento dependente que travava o desenvolvimento técnico e científico nacional.

Para Minto (2010, p.184),

> Embora a política econômica da Ditadura Militar indicasse, já em meados da década de 1960, uma mudança significativa nos rumos de desenvolvimento capitalista nacional, foi no final dos anos 80 e no inicio de 1990 que se institucionalizaram no país as mudanças que, de fato, marcaram esse processo de readequação do Estado brasileiro aos desígnios do capitalismo internacional.

O governo FHC fica, então, marcado pela adequação das políticas educacionais ao mercado financeiro. As reformas na educação estiveram fortemente influenciadas pelos avanços tecnológicos.

A Lei Federal nº 9.394/96, atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estrutura a educação “em dois níveis- educação básica e educação superior – sendo que a educação profissional não está em nenhum dos dois, consolida-se a dualidade de forma bastante explícita” (BRASIL, 2007, p. 17).

Em 1997, o Decreto nº 2.208 regulamenta a educação profissional e a separa do ensino médio. Com a justificativa de melhorar a qualidade do ensino, cria-se também o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP),que teve como consequência uma educação profissional oferecida na sua grande maioria pela esfera privada.

Fica exposto o descaso do Estado com a educação profissional, sendo que o Decreto 2.208/96, quando coloca em escanteio ou segundo plano a educação profissional, vem em sua essência consolidar o polêmico PL 1603 que visava à obrigatoriedade da separação entre ensino médio e educação profissional, mais uma vez, com um belo discurso lacunar, a sociedade é burlada.

4 Governo Lula: passos e descompassos da educação profissional.

O já citado decreto 2.208/97 provoca fervor entre educadores e pesquisadores defensores do ensino profissional além dos sindicatos. O termo de discussão passa a ser a politecnia, que, segundo Ramos(2011, p.51),

> [...] buscava romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o principio da formação humana em sua totalidade; em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Por essa perspectiva, o objetivo profissionalizante não teria fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, culminada com uma formação ampla e integral.

A educação politécnica busca o fim da dualidade entre o ser que pensa e o ser que faz, no entanto mesmo diante do atual contexto de expansão da educação profissional, a educação politécnica ainda está muito distante de ser alcançada em sua essência.

O documento base da Educação profissional Técnica de nível Médio Integrado ao Ensino Médio aponta o Decreto 5.154/2004 como sendo uma nova política para a integração entre o ensino médio e a educação profissional, pois rompe com a impossibilidade da União financiar essa modalidade de ensino.

Outro avanço no governo Lula foi o Programa Brasil Profissionalizado, em uma parceria entre o governo federal e os governos dos estados, a fim de aumentar significativamente o número de matrículas nessa modalidade de ensino, tendo como foco os sistemas estaduais de ensino, para a expansão e a modernização das redes de ensino médio integrado.

Também entra em questão a partir da integração da educação profissional com o ensino médio o trabalho como princípio educativo. Nessa perspectiva, o trabalho volta a ser considerado, como em seus primórdios, a própria condição para a sobrevivência, tendo em vista que é através dele que o homem em uma relação com a natureza a transforma em seu favor, sendo portanto o princípio fundamental do entendimento da natureza, ou seja, do mundo em que vivemos e que nos cerca.

O trabalho como princípio educativo, bem como o currículo integrado, são objetos essenciais da discussão que configurou a revogação do Decreto 2.208/97. No entanto, parece que eles estão marginalizados na atual política de ensino profissional.

Fica configurada a sobrevivência da fragmentação entre educação e trabalho. Segundo Cardoso (2010?),

> Essa fragmentação foi iniciada internamente no próprio Ministério da educação que foi reestruturado e colocou o ensino médio sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica e o ensino técnico sob a responsabilidade da Secretária de Educação Média e Tecnológica.

Essa divisão já deixa claro que a integração não é uma das prioridades da política vigente e que os cursos, mesmo com matrícula única e na mesma unidade de ensino, se darão de forma isolada.

Além dos desafios de ordem política, ainda temos os desafios quanto aos recursos humanos. É necessário um quadro de professores próprios, porém, sabemos que em todo o território nacional a problemática da falta de professores se repete e a única mobilização no sentido de sanar esse problema são propagandas na TV em horário nobre, que talvez até deem uma sacudida no ego dos educadores, porém, não criam perspectivas profissionais que façam a geração vindoura ansiar a docência.

No presente momento, encontra-se em discussão um documento que modifica as diretrizes curriculares para a educação profissional técnica de nível médio, esse documento explicita que as críticas em torno das diretrizes atuais, bem como de seus pareceres e resoluções, se baseiam principalmente no fato de ser ainda o mercado o regulador da sociedade humana, ao invés de a centralidade estar na relação dos homens com a natureza, visando ao atendimento de suas necessidades.

Além disso, o modelo presente, apesar de já ser um primeiro passo, se não superar a dualidade trabalho x educação, continuará a comungar com a histórica divisão internacional do trabalho.

5 Considerações finais

Ao longo da história mundial e brasileira, a relação entre educação e trabalho foi pautada numa relação dicotômica, porém complementar, pois, mesmo nas sociedades clássicas, o trabalho serviu para atender não só às necessidades biológicas, mas também às culturais e cognitivas. Porém, no atual contexto capitalista, a visão de trabalho muitas vezes se resume à força de trabalho, ou seja, a um produto a ser vendido.

O trabalho foi a solução humana para vencer os desafios impostos à sobrevivência e se constitui como o próprio fazer educativo. Contudo, a Escola, desde suas origens, configura-se como uma poderosa forma de divisão entre educação e trabalho.

A educação brasileira se configura ao longo da história em cima dessa divisão, tendo em vista que as classes dominantes formatam e divulgam as ideologias, elas conseguiram e conseguem manter, ao longo da história, justificada a secundarização da formação omnilateral. Além disso, como cita Pereira (2011, p.96), “a educação dos filhos das classes trabalhadoras sempre tem sido apoucada: pouca ciência, pouca arte, pouca filosofia”. São necessários ainda muitos debates em torno desse contexto, pois, ainda segundo a autora “a produção histórica das condições para a fruição dos frutos do trabalho não alienado, da educação, do gozo da cultura é uma luta histórica, um direito de todos que se constituírem homens” (PEREIRA, 2011, p.97).

WORKING AND/OR EDUCATION: THE HISTORY OF PROFESSIONAL EDUCATION IN BRASIL

Abstract: Despite starting with a small overview about the beginnings of the relationship between work and education in human history, this article is a review of the technical and professional education in Brazil, taking into consideration the cultural and ideological characteristics that bear the terms education and work. Historically, antagonistic interests have been in confrontation, in which there has been, in one hand, intellectuals for education and work through human principles and, on the other hand, leaders and businessmen who see them as strategies for capital acquisition. In this paper, we explain some ideas about the need of supplementation and/or dichotomy education and work, because, behind the relations presented historically, the interests of the classes which have the power always are imposed and justified trough the assistencialism or the developmentalism. Finally we focus on the current professional education context in Brazil, showing some advances, setbacks and challenges.

Keywords: Education. Professional Education. Working.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio.** Brasília: Ministério da Educação, 2006. V.3.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jul. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm>. Acesso em: 20 jun. 2011.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 abr. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm.> Acesso em: 20 jun. 2011.

BRASIL. Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 dez. 1994. Disponível em:< http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109758/lei-8948-94>. Acesso em: 20 jun. 2011.

BRASIL. MEC. **Divulgadas as novas normas do Promed e do Proep**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id>. Acesso em: 16 jun. 2011.

BRASIL. MEC. SETEC. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília: MEC. SETEC. Novembro de 2007. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2011.

BRASIL. Resolução nº 4, de 4 de outubro de 1999. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 dez. 1999.

BRASIL. MEC. CNE. Parecer CEB n 15/98. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para o Ensino Médio**. Brasília, 1998..

BRASIL. MEC. **Orientações curriculares do ensino médio**. Brasília, DF, 2004.
BRASIL. MEC.SETEC. **Subsídios para o processo de discussão da proposta de anteprojeto de lei da educação profissional e tecnológica**. Disponível em: <http://www.mec.gov/setec>. Acesso em: 5 jun. 2011.

CARDOSO, M.J.P.B. **Ensino médio integrado à educação profissional**: limites e possibilidades. (2010?). Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-3976--Int.pdf> Acesso em: 30 de jun. 2011.

CASTANHO, Sérgio. Formação para o trabalho em quatro séculos de escravismo. In: ALVES, Ana Elizabeth Santos; LIMA, Gilneide de Oliveira Padre; CAVALCANTI JR., Manoel Nunes (Org.). **Interfaces entre história, trabalho e educação**. Campinas: Alínea, 2009.

COLOMBO, Irineu. **Brasil Profissionalizado**: um programa que sistematiza na prática a educação profissional e tecnológica. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/.../download/texto/me004430>. Acesso em: 12 jun. 2011.

DAVINI, Maria Cristina. **Currículo integrado**. (2010?). Disponível em: <http://moodle.stoa.usp.br/file.php/1216/Encontro3/Curriculo_Integrado_Davini.pdf >. Acesso em: 30 jun. 2011.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, Brasil, v. 26, p. 1087-1113, 2005. Disponível em: <http://www.scielo. br/pdf/es/v26n92/v26n92a17.pdf> Acesso em: 30 maio 2011.

GONÇALVES, Nádia G.; GONÇALVES, Sandro A. **Pierre Bourdieu**: educação para além da reprodução. Petrópolis: Vozes, 2010.

KUNZE, N.C. O surgimento da rede Federal de Educação Profissional nos Primórdios do Regime Republicano Brasileiro. **Revista Brasileira de educação Profissional e Tecnológica**, v.2, .n.2., Brasília, nov. 2009. p. 9-24.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. MEC. SETEC. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível Médio** (em debate). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/ index.php?option=com_content&view=article&id=12924:artigos&catid=190:setec>. Acesso em: 30 maio 2011.

MINTO, L. W .M. A administração escolar no contexto da Nova República e do Liberalismo. In: ANDREOTTI, A.; LOMBARDI, J.; MINTO, Lalo (Org.) **Historia da Administração Escolar no Brasil:** do diretor ao gestor. Campinas: Alínea, 2010.

OLIVEIRA, S.R. **O fio da história**: a gênese da formação profissional no Brasil. (20--) Disponível em: < http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/ 0904t.PDF> Acesso em: 29 jun. 2011.

PAIVA, E. V.; MATOS, M.C. **Currículo integrado e formação docente**: entre diferentes concepções e práticas. 2009. Disponível em: <http://www.ufsj. edu.br/portal-repositorio/File/Vertentes/MariadoCarmoeEdil.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2011.

PEREIRA, M.F.R. **Trabalho, globalização e ideologia**. Curitiba: IFPR, 2011.

RAMOS, M.N. **Educação profissional**: História e legislação. Curitiba: IFPR, 2011.

SALDANHA, Letícia de L.W. **Formação humana e metodologia dialética no currículo integrado da educação profissional.** (2010?) Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/67-4.pdf> Acesso em: 30 jun. 2011.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

WITTACZIK, L. S. Educação profissional no Brasil: histórico. **E-Tech:** atualidades tecnológicas para competitividade industrial, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 2008.